

O IMAGINÁRIO E A EXPOSIÇÃO DELIBERADA AO PERIGO ENTRE HOMENS HOMOEROTICAMENTE ORIENTADOS*

André Maurício Lima Barretto

Departamento de Psicologia Clínica/UFPA

Resumo: O presente trabalho visa apresentar de forma sucinta uma reflexão sobre a origem imaginária da exposição deliberada ao perigo, inspirada na análise de entrevistas realizadas com homens homoeroticamente orientados, tendo como referência central o risco de contaminação pelo vírus causador da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) presente nas respectivas práticas sexuais.

Palavras-chave: imaginário socio-histórico, exposição ao perigo, homoerotismo, prevenção da AIDS.

THE IMAGINED AND DELIBERATE EXPOSURE TO DANGER AMONG HOMOEROTICALLY-ORIENTED MALES

Abstract: The purpose of this article is to provide a concise review of the origins of imagined and deliberate exposure to danger, as used in the analysis of interviews with homoeroticly-oriented males; our reference focuses on the risk of infection from the AIDS virus, occurring as the result of specific sexual practices.

Key words: exposure do danger, homoeroticism, AIDS prevention.

APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

O título desta pesquisa sintetiza a linha de trabalho que venho tentando realizar: esboçar no plano teórico uma perspectiva transdisciplinar e compreender um fenômeno cuja abrangência é certamente universal. Refiro-me à tendência de certos indivíduos e grupos envolverem-se deliberadamente em situações arriscadas, mesmo tendo os recursos necessários para evitá-las. Participar de situações perigosas, nas quais são previsíveis os danos objetivos ou subjetivos, é mais corriqueiro e comum do que se poderia inicialmente pensar. Expor-se ao risco em graus

variáveis e de diferentes formas talvez seja muito mais do que apenas uma predileção passageira.

Certas pessoas submetem-se a um longo e penoso treinamento, visando justamente enfrentar e vencer o perigo. No mundo do esporte, por exemplo, há diversas modalidades cuja prática pode trazer elevados níveis de perigo, inclusive a morte. É o caso do automobilismo, do pára-quedismo e do montanhismo. Uma falha por menor que seja pode ser paga com a própria vida. Outras adotam um comportamento de risco sobre o qual nenhuma influência significativa é exercida pelo treinamento anterior ou pelo desen-

* Conferência proferida em 23 de junho de 1999 na Semana Científica da Clínica de Psicologia da UFPA.

volvimento da tecnologia, como se pode observar entre os fumantes crônicos ou os motoristas que dirigem embriagados.

A diferença entre ambos é que os primeiros, através do treinamento e do avanço tecnológico, obtêm maior grau de segurança e controle; e os segundos deparam-se diretamente com o perigo expondo-se sem proteção alguma. Contudo, **o mais intrigante é o fato de serem situações facilmente contornáveis já que os indivíduos envolvidos estão informados das maneiras de se protegerem e detêm os recursos para fazê-lo.**

Com o surgimento da AIDS, uma doença letal para a qual até agora não existe vacina nem cura, uma nova e abrangente ameaça de morte vinculou-se à prática sexual. Ao prazer de se fazer sexo, somou-se a possibilidade de contaminação e morte em larga escala.

O HIV, vírus causador da AIDS, pode ser transmitido através do sangue, esperma ou secreção vaginal contaminados. Tais veículos ligados a comportamentos e atitudes essenciais à manutenção da vida, à reprodução biológica e ao prazer, podem, por isso, desencadear a infecção em homens ou mulheres de qualquer idade ou posição social.

Desde os anos 80, período no qual a AIDS surgiu no Brasil, campanhas de esclarecimento e prevenção começaram a ser veiculadas. Popularizou-se o uso do preservativo como a forma mais eficiente de proteção em relações sexuais que envolvam qualquer um desses canais de transmissão do HIV. A ignorância e a impotência diante dessa epidemia que surpreendeu o mundo no final do século XX, cedeu lugar à difusão de informações que têm alcançado faixas cada vez mais amplas da população no Brasil e no mundo. Contudo, o aumento da conscientiza-

ção da sociedade não foi acompanhado na mesma medida pela prática do sexo seguro.

Por que determinados homens e mulheres, que já não podem mais alegar desconhecimento dos veículos de transmissão do HIV, não se protegem adequadamente em suas relações sexuais?

Estar-se-ia diante de um paradoxo no qual o horror da morte não exclui o envolvimento em atividades que podem levar à morte?

Pelo fato de a AIDS ainda ser uma doença letal, sexualmente transmissível, cujos veículos de transmissão estão satisfatoriamente conhecidos, uma atitude preventiva mais firme e decidida poderia ser esperada supondo-se que a preservação da vida do indivíduo tenha uma conotação simbólica, reconhecida individualmente e legitimada pela sociedade.

Pode-se afirmar que se houvesse um tipo de racionalidade dirigindo a prática sexual de muita gente esclarecida hoje no Brasil, seria aquela que avalia e mede conseqüências danosas ao sujeito, levando-o a evitá-las?

CONCEPÇÃO TEÓRICA DO IMAGINÁRIO INDIVIDUAL

Fundamentado no pensamento de Castoriadis, considero relevante refletir sobre a hipótese na qual a aproximação ao perigo não depende nem de fatores racionais, nem de condições estritamente simbólicas, de significado firme e acabado. Proponho que o entendimento da questão apresentada seja buscado numa outra dimensão do sujeito, num outro domínio que escapa e ultrapassa a lógica formal: no domínio do imaginário. Imaginário este no qual as inter-relações entre os significantes e os significados são flexíveis, dinâmicas, capazes de fazer existir algo

totalmente novo, dotado de uma significação privada, singular e altamente eficaz.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que a perspectiva de análise a ser adotada no momento parte do pressuposto de que o imaginário não se confunde com o ilusório, quimérico, um epifenômeno do real. Assim, imaginar não se restringe ao ato de criar. Vai além. Consiste em atribuir significados aos fatos da vida, seja ela considerada no plano individual, seja no coletivo.

Falo do imaginário não só quando me refiro a coisas inventadas, separadas do real, mas principalmente, quando falo de um deslizamento do sentido, no qual símbolos já disponíveis são investidos de outras significações, diferentes da significação convencional comum.

Em segundo lugar, com Castoriadis, pretendo enfatizar o primado conceitual do imaginário sócio-histórico. Isto é, no ângulo de visão pretendido, a imaginação, a história e a sociedade são tomadas como interligadas e inseparáveis.

Na perspectiva tradicional, chamada por Castoriadis de conjuntista-identitária, a ação humana, quando considerada individual ou socialmente, é sempre pensada como resultante de fatores isolados e determinados, sejam de natureza social, histórica ou psicológica.

Ao longo de 20 (vinte) séculos, a tese de que todo ser é ser determinado alcançou uma posição considerada canônica, institucionalizada no Ocidente como necessária e suficiente para se fazer frente aos problemas colocados pelo pensamento humano, ao longo de seu desenvolvimento sócio-histórico.

O conhecimento, portanto, estaria atrelado a um conceito de racionalidade que visaria apreender o objeto através da formulação de leis, do estabelecimento

de relações de causa e efeito, da identificação dos motivos, de fatores que, enfim, funcionariam como determinantes para o surgimento dos fenômenos estudados.

Desse modo, o imaginário acabou por ser concebido como o oposto da razão, foi desvalorizado ontologicamente, tornando-se uma faculdade do sujeito responsável pelos erros de avaliação sobre a realidade exterior, uma fonte de distorção das percepções, considerado negativo e perturbador do ponto de vista das funções psicológicas.

Ora, se tudo o que acontece estivesse verdadeiramente determinado, toda e qualquer forma de mudança já estaria também determinada. A história, então, não passaria de uma mera sucessão de fatos, encadeados de tal modo que não haveria espaço para rupturas. Todos esses fatos expressariam a realização de leis, ligando rigidamente as causas a seus efeitos.

Entretanto, cabe indagar sobre as possibilidades dessa lógica captar e explicar o diferente, o novo, as singularidades, o inesperado das produções humanas, cujas formas e significados ultrapassam uma certa ordenação já existente.

Por que haveriam sociedades tão diferentes umas das outras? Por que elas mudam? Como e por que elas mantêm sua unidade? O que as faz coesas?

Posso afirmar resumidamente que na concepção de Castoriadis as grandes e pequenas mudanças, individuais e sociais, são essencialmente históricas e pressupõem uma relativa indeterminação. Isto é, as transformações são introduzidas pela imaginação criadora, por um fluxo representativo indeterminado que se chamou de imaginário radical.

Ressalto que atribuir uma relativa indeterminação às representações imaginárias não é o mesmo que defender a

idéia de uma ausência de causalidade, muito menos a de afastar o homem de sua condição sócio-histórica, enquadrando-o numa espécie de interioridade auto-suficiente, submetido a forças internas.

O modelo tão difundido da determinidade intrapsíquica do sujeito secundariza a questão da sociedade e da história, reduzindo a primeira num somatório de indivíduos e a segunda numa sucessão monótona de fatos. Não é possível eliminar a história e a sociedade e manter vivo o sujeito.

O imaginário sócio-histórico na visão de Castoriadis, indica uma outra causalidade, indeterminada, marcada pela tensão entre as exigências da psique e as imposições das significações imaginárias sociais. As diferentes formas de subjetivação individual e social decorrem da oposição dinâmica e criativa entre a psique e a instituição da sociedade. Não considerar a imaginação criadora como o princípio fundador de tudo o que existe, face às imposições institucionais, seria rebaixar o sujeito à condição de objeto, como um ser-assim que jaz pelos tempos como ruínas de um passado glorioso.

O sujeito castoriadiano é um formante-formado, um ser que é capaz de criar, de fazer existir algo que antes não existia, mas que também sofre no âmago de sua alma o caráter imperativo das significações imaginárias sociais, as quais lhe fornecem o sentido necessário à sobrevivência de seu mundo psíquico. Assim, psique e sociedade estão indissociavelmente ligadas. Uma não pode existir sem a outra. Para Castoriadis, tudo aquilo que não é social, é psíquico. E as significações imaginárias sociais são imaginárias porque não decorrem de deduções racionais ou sequer correspondem a elementos do real, e sim porque são presenti-

ficadas através da criação. São sociais porque só existem enquanto são compartilhadas por um coletivo anônimo.

Quando se nasce não se escolhe a língua que será utilizada no ato da comunicação. Não é a psique que cria a linguagem, ela lhe é imposta pela sociedade. A linguagem é produto do imaginário social instituinte. Com a linguagem, a psique recebe também os valores instituídos.

A psique é o fluxo incontrollável, perpétuo, de representações, afetos, intenções. Ao se fechar os olhos e deixar fluir o pensamento, livre momentaneamente da auto censura, constatar-se-á que as imagens virão. Lembranças, idéias boas ou ruins surgirão espontaneamente. É preciso iniciar um trabalho de organização para que essas imagens sejam relativamente estruturadas e eventualmente comunicadas.

É justamente entre os níveis psíquico e o social-histórico que está a capacidade de se criar, produzir imagens, fazer existir um mundo, tornando-o próprio. Um mundo imaginário no qual tudo o que existe é dotado de significação.

O imaginário é um mundo de significações e instituições sociais interligadas em rede, que permeia, orienta e dirige a vida individual e social. Neste mundo, não só uma idéia pode estar relacionada indefinidamente a uma outra, mas principalmente, pode estar no lugar de uma outra, sem que para isso haja alguma obrigatoriedade.

Mesmo que se trate de fenômenos coletivos ou de atos individuais, será sempre necessário considerar-se o modo como as representações organizam os significados dos fatos da vida, percebidos na experiência.

Caso haja concordância com as formulações ora apresentadas, talvez se possa compreender por que o perigo per-

cebido nas relações sexuais desprotegidas não é suficiente para levar as pessoas a evitá-lo.

CONSTRUÇÃO DA AUTO-IMAGEM E EXPOSIÇÃO AO RISCO DE MORTE

Na pesquisa realizada por mim em 1998 (Barretto, A. Tese de Doutorado – PUC/RJ) pude constatar, por exemplo, o modo diferenciado como cada entrevistado reagiu emocionalmente ao tomar conhecimento da existência do HIV e de sua forma de transmissão. Cada um atribuiu uma qualidade peculiar, um significado pessoal à informação, variando do pânico à total indiferença, passando pela angústia, paranóia, medo e culpa. Foi possível verificar que o sentido do HIV não ficou restrito ao âmbito sanitário ou epidemiológico. Como todo e qualquer signo, ele pôde adquirir outros significados, na medida em que diferentes valores lhe foram atribuídos nos mais variados momentos da história de vida de cada um.

A pesquisa, na qual entrevistei 18 homens homoeroticamente orientados, todos com nível de escolaridade superior, informados de como se dá a contaminação pelo HIV, permite fazer algumas considerações que julgo importantes para a compreensão da questão que me propus examinar, a saber:

1) O nível de conscientização e assunção da orientação erótica foi um fator relevante, identificado e relacionado à introdução de cuidados preventivos, embora ainda não decisivos. Isto é, tanto aqueles cuja opção sexual estava plenamente assumida quanto os que ainda relutavam em fazê-lo, expunham-se em graus variáveis ao risco de contaminação. Nem mesmo o medo de morrer de AIDS

foi suficiente para provocar a adoção da prática do sexo mais seguro. Ao mesmo tempo, foi somente através da morte de pessoas próximas que o grupo passou a considerar a AIDS como uma possibilidade real, como algo que pudesse de fato atingi-lo.

2) As variações nos diferentes níveis de exposição individual ao perigo, configurando um estilo particular de se relacionar sexual e afetivamente, associavam-se com as características da imagem que os sujeitos construíram de si mesmos. Nos depoimentos, o medo de morrer de AIDS foi remetido a uma concepção autoconstruída de masculinidade.

Da análise do discurso dos sujeitos, pude depreender uma visão do masculino definida como uma natureza **biológica**, constituída por impulsos sexuais quase incontroláveis, cuja manifestação pode ultrapassar em certas ocasiões, de frequência variada, alguns limites sociais ou normas morais estabelecidas e interiorizadas.

Porque às vezes eu sinto que eu tenho um comportamento que não está dentro dos meus valores, da minha moral... Eu faço coisas que fogem um pouco dos meus valores, eu acho. (Sujeito J) (sic)

O perigo implicado na linha de conduta de cada um é percebido como se tratasse de uma consequência da pressão exercida por essa natureza sexual biologicamente incontida, própria dos homens. Uma natureza que tornou os homens caçadores, aventureiros, invasores, situados na fronteira entre o destemor e a inconstância.

Para os entrevistados, praticar a sexualidade significaria ter que constantemente lidar com essa natureza incontida, desregrada, possessiva, cuja intensi-

dade tenderia a aumentar porque não contaria com a presença mediadora da mulher, a qual, na visão deles, poderia compensar esse modo masculino de funcionar.

A minha constituição é promíscua. Se eu deixar o barco correr ao sabor das ondas do rio, eu vou trepar todos os dias com homens diferentes, de preferência anonimamente, porque a essência do sexo é promíscua, homem é bicho, o homem trepa prá gozar, prá se livrar da pôrra, colocando da maneira bem direta. (Sujeito A) (sic).

Não sei se é um instinto natural caçador de todos eles né? Então quando junta 2 (dois) homens, 2 (dois) caçadores, em geral né? Então por isso é que eu acho que as relações são tão assim abertas né? Porque são 2 (dois) caçadores. (Sujeito C) (sic).

3) Nesta visão, ser e sentir-se homem não dependeria da predominância do desejo sexual orientado para as mulheres.

Mas o fato de eu preferir ir prá cama com homem não quer dizer que eu não seja homem também. Porque as pessoas misturam muito o que que é homem e o que que é bicha. Se é homem então não é gay, se é gay não é homem. (Sujeito A) (sic).

4) O desempenho sexual entra na composição dessa imagem. É medido e valorizado pela frequência das relações, variedade dos parceiros ou pela precocidade da iniciação. O sujeito A, chegou a contar os 80 (oitenta) parceiros que teve ao longo de 6 (seis) meses. Nas contas de F, num ano foram mais de 100 (cem). Para o sujeito B, era “quase todos os dias uma pessoa diferente”.

5) O sexo pode ser praticado com desconhecidos, independente do envolvi-

mento amoroso, fato esse que só viria confirmar essa volúpia concebida como de origem visceral, orgânica, fisiológica, da sexualidade homoeroticamente orientada.

Ah, claro, são 2 (dois) departamentos [sexo e amor] que não se chocam mesmo. Eu posso estar perdidamente apaixonado por uma pessoa e trepar com uma outra. (Sujeito A) (sic).

6) O elemento que faria a diferença em relação aos homens que preferem as mulheres, seria justamente esse componente homoerótico – a relação entre iguais – o qual potencializaria os efeitos dessa condição essencialmente masculina. Os *gays* tenderiam a se arriscar mais, não apenas porque se unem a outros homens com a mesma **natureza** e sem a finalidade reprodutiva, mas também pelo fato de não se comprometerem com a constituição da família, ficando assim mais livres dos padrões convencionais de realização afetiva e, desse modo, permaneceriam como que à deriva.

Eu acho que a família, ela te prende mais e por isso você se expõe menos. Antes de tomar um passo você pensa na família né? E o homossexual não pensa dessa forma, porque ele não tem isso forte né? Não é uma coisa dele, que ele criou, que ele vive. Ele não tem. Então eu acredito sim, que a pessoa está muito mais exposta a tudo. (Sujeito E) (sic).

e eu como todo homem normal eu tenho o impulso sexual e como qualquer homem normal a minha orientação é promíscua. O homem só não fica promíscuo porque ele tem de constituir família, é um valor social que lhe é imposto. Porque se o homem não tivesse que constituir família, ele ia ser promíscuo como qualquer bicho, vaca, boi, que trepa com a filha vaca, cadela que trepa com filho cachorrinho. A única coi-

sa que nos distingue é uma coisa chamada de valor social. O gay como não vai casar com mulher, a dificuldade dele é achar um parceiro que pense como ele, que é necessário achar um lar. Quando eles se juntam ótimo, se não se juntarem ambos vão passar pela vida errando, pingando aqui e ali, beijando tudo o que é flor. (Sujeito A) (sic).

7) A AIDS adquiriu uma conotação dominante no discurso dos entrevistados, ao ter-lhe sido atribuída a função de refrear, conter, limitar essa sexualidade masculina considerada de difícil controle. Ao que parece, esse efeito de contenção remeteria à antiga e persistente idéia de que o risco de infecção está na frequência indiscriminada dos contatos sexuais, embora hoje já se saiba amplamente que para contrair o vírus basta se arriscar uma única vez. Reduzir o número de parceiros, não protege adequadamente ninguém da infecção.

Trocar o óleo, exatamente isso. O homem sente um frio do caralho que é bárbaro. Os caras morrem de frio, precisam agasalhar de alguma forma. Agora o que mudou nisso tudo? O vírus da AIDS deu uma freada. Eu lembro no início das campanhas: reduzam o número dos parceiros. Sinceramente eu acho que não precisa reduzir o número de parceiros, porque hoje eu já sei que não importa com quantos você faça, mas o que é que você faz. (Sujeito A) (sic).

8) O medo de morrer de AIDS, ao invés de contribuir para estabilizar o uso do preservativo, fez aumentar a valorização da fidelidade entre os parceiros, incentivando a construção de expectativas de relações exclusivas e duradouras. Como se a idéia do amor romântico, baseado na exclusividade do parceiro e na

manutenção de relacionamentos estáveis, conferisse-lhes a tão sonhada segurança e invulnerabilidade.

se não fosse a AIDS eu acho que eu não taria com o M [seu namorado] hoje, não teria tido esse relacionamento tão prolongado assim. (Sujeito B) (sic).

A resistência ao uso do preservativo entre parceiros estáveis afetiva e sexualmente, passou a significar uma prova de amor, de fidelidade, de confiança e sinceridade. Introduzir o uso do preservativo pode ser interpretado como o reconhecimento de alguma infidelidade, levando os parceiros a se sentirem novamente como desconhecidos, como se retrocedessem ao momento inicial do relacionamento no qual predominaria a desconfiança.

Porque hoje em dia o único motivo que a gente teria prá usar a camisinha seria isso: a perda da confiança. (Sujeito B) (sic).

A AIDS passou a freqüentar o imaginário dos sujeitos como uma ameaça de morte a todos os homens que são naturalmente **infieis e promíscuos** – especialmente os que preferem outros homens para se relacionar – e não apenas como uma doença da qual se pode facilmente prevenir através do simples uso de um preservativo, sem prejuízo da relação ou da satisfação sexual.

Eu comecei a encucar muito com essa questão de... de... de ter AIDS, de estar condenado a morrer por ser homossexual talvez.. (Sujeito L) (sic).

A presença da idéia da AIDS como um **freio** não indica que todos estariam pisando no respectivo pedal da mesma maneira e lidando da mesma forma com as incontinências desse modelo

imaginário de masculinidade. Como se pode verificar, essa função atribuída à AIDS – de conter a partir do exterior, essa impulsividade interior masculina – pode ir do medo **hipocondriaco** e **paranóico** de repercussões paralisantes, à indiferença ao perigo, categorizada como típica de uma forma de **compulsão**.

Notem os termos marcadamente psicologizantes utilizados nas inter-relações das idéias de AIDS, homoerotismo e masculinidade.

9) O medo da contaminação, como pude constatar no discurso dos entrevistados, não acarretou a adoção de critérios racionais ou apoiados na pesquisa biomédica, acessíveis a todos os entrevistados. A **aparência**, o grau de **conhecimento**, o lugar do encontro, a intuição, o **faro**, passaram a valer como critérios ou referências para a escolha dos parceiros e o tipo de envolvimento sexual. Tais convicções contrastam acentuadamente com o nível de informação e intelectualização dos sujeitos.

Sexo oral, esse negócio de sexo oral é uma coisa meio polêmica, quer dizer o que acontece é o seguinte: com parceiros que eu não conheço eu não pratico sexo oral, a não ser que o lugar esteja claro, ou que não seja no escuro que eu não possa ver, ou então se eu conheço a pessoa, se eu tenho alguma referência dessa pessoa, sabe? (Sujeito K) (sic).

Então um dos critérios é esse: o tipo da pessoa, se ela é muito limpa... Por exemplo, se eu conheço uma pessoa e a gente sai prá fazer um sexo, convido prá ir prá minha casa e tudo mais... Se a pessoa de repente foi ao banheiro, alguma coisa, eu já fico nervoso. Porque se sou eu, eu diria: tudo bem, mas vamos tomar um banho antes? Eu não consigo as coisas no meio da bagunça... Então

essas coisas são critérios que eu analiso numa pessoa, eu avalio, como um processo seletivo de relação... Uma pessoa suada eu até tolero... agora uma pessoa cheirando mal... e que se propõe a ir com você prá cama, eu acho muito porco. Eu uso isso como seleção também. Mas e se a pessoa tiver toda limpinha, eu falo tudo bem. Tudo bem, menos a penetração sem camisinha. (Sujeito J) (sic).

A predominância no âmbito da vida de relação dos sujeitos, de representações imaginárias dinâmicas, algumas delas incorporando elementos do preconceito social – como a noção de **sujeira** e **promiscuidade** parecem transparecer – acarretam decisões que passam ao largo de princípios elementares de segurança recomendados pelo mero bom senso, elevando os riscos de danos virtualmente letais para os envolvidos.

ANÁLISE CONCLUSIVA

A partir desse momento, caberia insistir na busca de uma explicação para o fato de haver entre os entrevistados a relutância em se usar o preservativo e a persistência em expor-se a algum grau de risco, seja o específico da contaminação pelo HIV, seja os demais relacionados à prática homoerótica.

Quais as forças que impedem ou dificultam homens homoeroticamente orientados de se protegerem adequadamente? E por que, mesmo quando existe a prevenção do contágio pelo HIV, os estilos de vida relacional arriscados não são modificados?

Numa primeira aproximação, parece ter ficado definida a relação entre as várias formas de arriscar-se e o modelo social de masculinidade interiorizado por homens de inclinação homoerótica. Um

modelo que, como se viu, torna **natural** a presença do risco na vida masculina, intensificando-o quando se trata de relações sexuais e amorosas entre homens. As significações sociais instituídas que demarcam suas formas de expressão e organizam os seus atos, respondem fundamentalmente por essa tendência. Se é assim, e não de outra forma, é porque determinados valores e instituições foram articulados subjetivamente e passaram a constituir, via socialização, o modo de ser de cada um.

No entanto, como se poderia esperar coerência e integração dos indivíduos se a sociedade ao gerar, estabelecer e difundir seus ideais de saúde e bem estar, fornece também valores – tais como os identificados aqui na pesquisa – que os contradizem?

As expectativas da prevenção e do sexo dito mais seguro veiculadas socialmente, chocam-se com as características de uma masculinidade modelar da qual a impetuosidade e a exposição direta ao risco constituem alguns de seus traços mais marcantes.

Ao criar essas exigências, a sociedade estabelece ao mesmo tempo critérios que são impossíveis de serem aplicados convenientemente, gerando fenômenos de inadaptação como os analisados nesse artigo. As auto-imagens construídas na experiência da vida de relação dos indivíduos, tornam-se inadequadas às expectativas da vida saudável, tal como ela é concebida e instituída na sociedade contemporânea.

Ao longo da socialização da psique, interiorizou-se uma visão da masculinidade cujos padrões de conduta extremamente superficiais foram adotados de modo quase submisso, irrefletido, criando-se as condições favoráveis para o envolvimento dos homens com situações

perigosas. Concomitantemente, constata-se na sociedade atual a inexistência de princípios organizadores de novos modelos de homoerotismo masculino, que permitam sua efetiva integração social, adquirindo o reconhecimento do legítimo direito de existir e de ser considerado como uma das formas que a sexualidade humana pode assumir, embora minoritária.

Preferir outros homens para se relacionar afetiva e sexualmente ainda significa ocupar um lugar no qual a instituição da sociedade comparece de modo múltiplo e variado: ora tolerando-o como um mal inevitável, ora com indiferença, ora agindo de modo discricionário, ameaçador e até mortal. Tanto pode haver uma fixação imaginária excludente que, ao atribuir ao homoerotismo uma série de características, o tornam inferior e desprezível, quanto até uma condescendente aceitação, tácita ou não.

As probabilidades de acolhimento ou rejeição – explícita ou implícita – das práticas homoeroticamente orientadas, continuam dependendo de inúmeros fatores e circunstâncias extremamente variáveis nas diferentes sociedades contemporâneas, sem haver uma significação socialmente instituída e abrangente que as defina e organize.

Mesmo assim, despossuídos de um princípio social organizador, não se pode negar que nos dias atuais os homens homoeroticamente orientados vêm adquirindo uma visibilidade social cada vez maior (Pollak, 1987), processo este que o surgimento da AIDS acabou por acelerar, na medida em que trouxe as práticas sexuais, homo ou heteroeroticamente inclinadas, para a discussão pública mais ampla, ultrapassando as fronteiras do debate acadêmico.

O homoerotismo masculino, ape-

sar de não contar com o apoio de um elo social regulador extremamente importante para a construção social do indivíduo – por exemplo, a família – capaz de interligar a psique e a instituição da sociedade, saiu das sombras da clandestinidade, tornou-se mais um fato corriqueiro nas sociedades modernas, e ao mesmo tempo é ainda uma prática que transgride o código penal da maioria das sociedades atuais. É uma situação estranha na qual convivem tanto a indefinição de um significado abrangente definido e construtivo, quanto o caráter proibido ou desvalorizado das práticas homoeróticas.

O que quero ressaltar, inspirado na pesquisa realizada, é justamente a ausência de instâncias socialmente estabelecidas capazes de criar outros princípios organizadores, que definissem claramente papéis e funções, cuja efetivação superasse a atual imprecisão do homoerotismo masculino.

Os discursos colhidos fazem pensar em homens, que ao se perceberem alvo do caráter excludente, inferiorizante, atribuído à sua orientação sexual pela sociedade abrangente, e desprovidos de um modelo homoerótico próprio, acabam reféns de um outro modelo – ainda vivo e presente – que ao ser interiorizado colocados em situação de risco. Para evitar a angústia que a consciência desse vazio normativo poderia trazer, somado ao desamparo específico da família, só lhes resta buscar a aceitação social de suas diferenças através da internalização de um padrão masculino reconhecido como hegemônico, gerado na mesma sociedade que os hostiliza.

A composição de uma auto-imagem aparentemente organizada por significações firmes e definidas, se considerada em conjunto, não conseguiria ocultar a ambigüidade de um discurso, cuja impre-

cisão significativa remete à desorientação, à perda de referências estáveis ou a uma certa instabilidade misturada a um sentimento de insatisfação.

De acordo com Castoriadis, talvez se esteja diante de um fenômeno muito mais amplo, homólogo, de dimensões sócio-culturais que se caracterizaria como uma crise da sociedade estabelecida. Não aquela da oposição entre o capital e o trabalho, como preconizava o marxismo, mas uma crise na qual os valores estão se desestruturando, sem que surjam outros para substituí-los, mais adequados às aspirações dos indivíduos. Segundo ele, a organização social moderna, quando comparada a outras de diferentes períodos históricos, apresenta elementos típicos que a distingue qualitativamente das demais. Assim o resumo de sua posição seria o seguinte:

Trata-se de um fenômeno sociológico e cultural novo, que pode ser avaliado comparando-o com o passado – e um passado que alguns dentre nós ainda conheceram. Não apenas nas sociedades tradicionais, mas mesmo na sociedade capitalista ocidental existiam **valores e normas** socialmente impostos e aceitos, isto é, interiorizados. A eles correspondiam maneiras de ser e maneiras de fazer, **modelos** do que cada um podia ser e tinha que ser, conforme a posição em que seu nascimento, a fortuna de seus pais, etc. o tivessem lançado. Mesmo que eles fossem transgredidos – e certamente o eram –, tais modelos continuavam de maneira geral a ser aceitos; e quando eles eram combatidos, era para fazer prevalecer outros modelos (por exemplo, o operário submisso/o militante revolucionário). Ora, esses modelos, tal como eram, forneciam óbvias referências para o desempenho social dos indivíduos. Por exemplo, quanto à criação dos filhos, não

havia nenhuma ambigüidade acerca do que uma criança podia e não podia, devia e não devia fazer. E isso demarcava precisamente a conduta dos pais na educação de seus filhos. (...) Nos dias de hoje, normas e valores se desagregam e entram em colapso. Os modelos propostos, quando existem, são ociosos ou **rasos**, como se poderia dizer. É verdade que há modelos propostos pela mídia, pela televisão, pela publicidade. Mas esses são modelos de **sucesso**: funcionam exteriormente, mas não podem ser verdadeiramente interiorizados, não são valorizáveis, jamais poderiam responder a questão: o que devo fazer? (Castoriadis, 1997, p. 96).

Dessa crise participa, enquanto acontecimento fundamental, a falência do papel da família, que tradicionalmente fez a ponte entre a instituição da sociedade e a formação da psique individual. A família moderna, segundo o autor, deixou de ser um centro normativo, gerador de princípios decisivos para a formação e organização do indivíduo.

É indubitável que a organização familiar tenha sempre contido um princípio repressivo, que os indivíduos tenham sempre sido obrigados a interiorizar um conflito entre suas pulsões e as exigências da organização social dada, que cada cultura arcaica ou histórica, tenha apresentado, em sua **personalidade de base**, um traço **neurótico** particular. Mas o que é radicalmente diferente, é que não exista mais princípio discernível na base da organização, ou melhor, da desorganização familiar atual, nem estrutura integrada da personalidade do homem contemporâneo. Certamente, é estúpido pensar que os Florentinos, os Romanos, os Espartanos, os Mundugumor, ou os Kwakiutl eram **sãos** e os nossos contemporâneos **neuróticos**. Mas não é mais inteligente esquecer que

o tipo de personalidade do Espartano, ou do Mundugumor, quaisquer que tenham podido ser seus componentes **neuróticos**, era funcionalmente adequado à sua sociedade, que o próprio indivíduo se sentia adaptado a ela, que poderia fazê-la funcionar de acordo com suas exigências e formar uma nova geração que fizesse o mesmo; enquanto que a ou as **neuroses** dos homens atuais apresentam-se essencialmente, do ponto de vista sociológico, como fenômenos de inadaptação, não somente vividos subjetivamente como uma infelicidade, mas sobretudo travando o funcionamento social dos indivíduos, impedindo-os de responder adequadamente às exigências da vida tal como ela é e reproduzindo-se como inadaptação ampliada na segunda geração. A **neurose** do Espartano era o que lhe permitia integrar-se na sua sociedade – a **neurose** do homem moderno é o que o impede de fazê-lo. (Castoriadis, 1991, p. 118).

Assim, os depoimentos colhidos em torno da questão central expressam muito mais do que apenas uma maneira peculiar de categorizar e organizar o mundo social e a si mesmo como indivíduo. Significam, principalmente, um modo particular de ser afetado pela instituição da sociedade tal como ela se apresenta historicamente. Persistir identificado a um modelo de masculinidade que os coloca em perigo, como uma tentativa de integrar na sociedade a diferença homoeótica, sem se dar conta disso, pode ter sido a via através da qual os entrevistados foram especificamente afetados, pela atual organização (ou será desorganização?) da sociedade.

Para escapar da exclusão e enfrentar a rejeição imaginada como uma tendência predominante na sociedade e na família, sem dispor de um modelo alter-

nativo, os sujeitos acabam por aderir irrefletidamente a um que é percebido como o único existente e factível. Dessa maneira, no imaginário, conseguiriam atenuar o contraste provocado pela diferença homoerótica, reduzindo a sensação de isolamento e desprezo que a discriminação social ou familiar poderia acarretar.

O observado assim interpretado põe em relevo uma outra questão fundamental, denominada por Castoriadis de heteronomia, processo através do qual o sujeito é dominado por um imaginário que se autonomizou, o qual passou a definir para o sujeito, tanto o que é a realidade, quanto qual é o seu desejo. É a submissão irrefletida à lei de um outro. Ou seja, é

o estado no qual as leis, princípios, normas, valores e significações são dados de uma vez por todas, e a sociedade ou o indivíduo, segundo o caso, não tem nenhuma possibilidade de agir sobre eles. (Castoriadis 1987, p. 241).

Trata-se de uma determinada relação imaginária estabelecida pelo sujeito, com a instituição da sociedade, suas significações, suas normas. Nela, a sociedade apresenta suas instituições – portanto, suas próprias criações – como sendo uma obra de alguma outra **coisa** ou **alguém** que não ela mesma. Como se já estivessem ali desde sempre e para sempre. Seus valores, hierarquizados, são difundidos como se não tivessem sido criados por ela, mas tivessem lhe sido outorgados por outrem, ou fizessem parte de uma natureza imutável, sobre a qual os indivíduos não tivessem nenhuma responsabilidade e nada pudessem fazer para modificá-los.

Nas sociedades heterônomas, conforme Castoriadis (1987, p. 41):

As pessoas não sabem que criam e que são livres, num certo sentido, para criar suas instituições. Elas confundem o fato de que não pode haver sociedade (nem vida humana) sem instituição e sem leis com a idéia de que deve haver uma fonte transcendente garantindo as instituições. Avancemos um pouco mais. Como deveria ser uma sociedade autônoma? Uma sociedade autônoma deveria ser uma sociedade que está ciente de que suas instituições, suas leis são sua obra própria e seu próprio produto. Por conseguinte, ela pode questioná-las e modificá-las. Ao mesmo tempo, uma sociedade autônoma deveria reconhecer que não podemos viver sem leis.

Considero que a subjetividade revelada na análise dos depoimentos, não se reduz a um estado heteronômico atingido e acabado. Muito mais que isso, é um processo essencialmente tenso, complexo, dinâmico, um constante vir-a-ser. Processo esse do qual eventualmente pode também fazer parte a heteronomia, consideradas as particularidades do social-histórico.

Não se trata de supor que os entrevistados tiveram suas pulsões finalmente subjugadas por força do poder das instituições ou de considerações racionais, que tenham parado de fantasiar e de sonhar. O que seria o mais completo absurdo.

As possibilidades de agir e reagir às significações instituídas da sociedade são indeterminadas; pressupõem o fluxo constante e ininterrupto de nossas representações, afetos e desejos originados no imaginário radical, que tanto pode gerar atitudes submissas ao que está instituído e sancionado, quanto fazer surgir o oposto da heteronomia: a autonomia, cujo sentido individual significa a capacidade de auto-regular-se, de refletir e estabelecer

suas próprias regras, de repensar as significações sociais interiorizadas e decidir sobre os rumos da própria vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETTO, A. *A dimensão imaginária do risco de morte em práticas sexuais desprotegidas entre homens homoeroticamente orientados*. Rio de Janeiro, 1998. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- CASTORIADIS, C. *As encruzilhadas do labirinto*. São Paulo: Paz e Terra, 1987. v. 2.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- CASTORIADIS, C. *As encruzilhadas do labirinto*, 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. v. 1.
- POLLAK, M. A homossexualidade masculina, ou: a felicidade do gueto? In: Ariés, P., Béjin, A. (Orgs.). *Sexualidades ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987, 54 – 76.